

DA PIRÂMIDE AS BATATAS: UMA REFLEXÃO DO CONCEITO DE PODER A PARTIR DE RAYMUNDO FAORO E ROBERTO SCHWARZ

Vanessa Zinderski GUIRADO¹

Mestre em Educação, Arte e História da Cultura/Universidade Presbiteriana Mackenzie
Técnica em Assuntos Educacionais/IFSP-Campus São Paulo

RESUMO

O artigo tem por finalidade fazer uma reflexão a partir dos conceitos de poder abordados por Raymundo Faoro e Roberto Schwarz, respectivamente, expressos nos livros *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* e *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Tais obras levam em consideração uma análise baseada na obra de Machado de Assis, tratando da contextualização histórica, política, econômica e social do Brasil, fazendo cada um dos autores uma retrospectiva embasada em seus referenciais teóricos, especificamente, Weber e Marx, uma vez que Faoro é weberiano e Schwarz é marxista. Para tanto, inicialmente, retomam-se alguns conceitos de Max Weber e Karl Marx, para melhor conceituação e reflexão dos apontamentos levantados. Em um segundo momento, realiza-se uma reflexão a partir de Faoro e Schwarz, tomando como ponto referencial a estrutura de poder abordada por eles dentro da obra de Machado de Assis.

Palavras-chave: Poder. Relações Sociais. Capitalismo. Patrimonialismo. Fator Político e econômico.

Introdução

A intenção ao analisar a estrutura de poder relacionada à constituição da sociedade brasileira é tentar descobrir quais aspectos interferiram na nossa concepção de nação, logo, nada mais natural do que examinar autores que tratam desta perspectiva histórica, ainda mais quando eles optam por fazer tal trabalho embasados na obra do grande gênio de nossa literatura, Machado de Assis.

Machado aborda, em seus livros, uma observação psicológica profunda das personagens, procurando investigar os motivos secretos do comportamento humano e focalizando questões que permeiam a vida do ser humano, seus tormentos e os méritos, deméritos ou absurdos gerados por suas ações, enquadrando as dicotomias existentes nas relações interpessoais e nas relações do homem com o Estado, a sua situação financeira e social, porém sem empregar um tom enfático, a estória literalmente flui e o autor, muitas vezes, sugere suavemente a sequência de ações ocorridas na narrativa, mas

¹ Endereço eletrônico: vanguirado@gmail.com

mantendo um humor reflexivo, sempre estabelecendo a dissonância entre o que seria aceitável como certo e o que seria errado, ou inaceitável.

Nesse aspecto, ele aborda questões tais como: o interesse, a ganância, o egoísmo, a hipocrisia, a decadência, a usura, a moral humana e a sua falta, o cinismo, a volúpia, a mesquinhez, a vaidade, expondo o que há de pior no âmago da alma humana, desvendando suas entranhas, expondo a mais pura essência do bicho homem e trazendo à tona os reais aspectos motivadores das suas ações. Seus textos conseguiram captar tão bem a substância de que o homem é feito e escancaram, de forma tão sutil e ao mesmo tempo tão direta, as causas que movem as ações humanas que, nesse viés, a obra machadiana se torna atemporal.

Partindo da análise da obra desse fabuloso escritor, desse desbravador psicológico da essência humana, que Raymundo Faoro e Roberto Schwarz fizeram as análises apresentadas respectivamente nos livros “Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio” e “Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro”.

O contexto histórico posto em foco nas análises de Faoro e Schwarz é o Segundo Reinado e o início da República, por intermédio da obra de Machado de Assis, sendo ela o ponto de partida e o reflexo da política, economia e sociedade da época, contribuindo para estruturar e analisar as relações existentes entre o Estado e a sociedade, entre a sociedade e o indivíduo, entre os indivíduos entre si. E é com base em todo esse fantástico material que o presente artigo se propõe a analisar a estrutura de poder existente nessas obras.

Schwarz e Marx, Faoro e Weber

Antes de partir para uma efetiva comparação entre os pensamentos de Roberto Schwarz e Raymundo Faoro, com relação à estrutura do poder encontradas nas obras sugeridas neste artigo, faz-se necessário especificar quais referências teóricas esses escritores seguem, pois o primeiro é marxista e o segundo é weberiano, logo se torna latente a necessidade de conceituar a estrutura do poder nas concepções de Marx e de Weber, para, posteriormente, analisar tais conceitos em Schwarz e Faoro.

De uma forma geral, tanto Marx quanto Weber preocuparam-se em estudar as implicações do capitalismo na sociedade e como o capitalismo surgiu na Modernidade, pois antes da Era Moderna não havia o conceito de capitalismo conhecido como tal, portanto, temos em ambos a inserção na Modernidade, uma vez que, segundo Giddens (1991), eles apresentam uma linha de pensamento que vislumbra os aspectos da vida na Era Moderna, como podemos constatar no trecho a seguir:

As tradições teóricas mais proeminentes na sociologia, incluindo as que derivam dos escritos de Marx, Durkheim e Weber, têm tido a tendência de cuidar de uma única e mais importante dinâmica de transformação ao interpretar a natureza da modernidade. Para autores influenciados por Marx, a força transformadora principal que modela o mundo moderno é o capitalismo. Com o declínio do feudalismo, a produção agrária baseada no domínio feudal local é substituída pela produção para mercados de escopo nacional e internacional, em termos dos quais não apenas uma variedade indefinida de bens materiais mas também a força de trabalho humano tornam-se mercadoria. A ordem social emergente da modernidade é *capitalista* tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. O caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema se expandir [...] Weber falava de “capitalismo” ao invés da existência de uma ordem industrial, mas quanto a alguns pontos-chave, sua concepção está mais perto de Durkheim do que de Marx. O “Capitalismo racional” como Weber o caracteriza, compreende os mecanismos econômicos especificados por Marx, incluindo a transformação do salário em mercadoria. Ainda assim, “capitalismo” neste uso significa simplesmente algo diverso do mesmo termo como ele aparece nos escritos de Marx. A “racionalização”, conforme expressa na tecnologia e na organização das atividades humanas, na forma da burocracia, é a tônica. (GIDDENS, 1991, p. 16-17)

Ao adotarem a premissa de que o homem exerce a ação frente à sociedade e às coisas que o cercam, tanto Marx quanto Weber rompem definitivamente com o pensamento centrado na ação de Deus como determinante para a condição humana, partindo para uma abordagem nitidamente materialista em detrimento de uma abordagem teocentrista, portanto, temos a dessacralização do mundo e com ela a instituição do mundano como perfeito, do desejável sem a noção do pecado, do acessível sem privações, temos instituído um paradoxo em nosso mundo, já que todas as coisas tidas como certas agora não passam apenas de uma sombra e uma dúvida, na Era Moderna, a única certeza parece ser a incerteza, como indicia Berman (2007):

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, *tudo o que é sólido desmancha no ar*. (BERMAN, 2007, p. 24)

Todavia, engana-se quem pensa que não ter a ação limitada pelo pensamento teocrático torna o homem verdadeiramente livre e dono de seu livre arbítrio, visto que as amarras e grilhões impostos pela sociedade e pelo capitalismo tolgem mais o espírito humano do que qualquer peste medieval, como podemos constatar na fala de Marx, a seguir:

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens são livres para escolher tal ou tal forma social? Absolutamente não. Ponha um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens, e terá tal forma de comércio e de consumo. Coloquemos certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, e teremos tal forma de constituição social, tal organização da família, de ordens ou de classes, em uma palavra, tal sociedade civil. Coloquemos tal sociedade civil, e teremos tal Estado político, que é apenas a expressão oficial da sociedade civil. (MARX, 2008, p. 48)

Em Weber, identificamos a mesma falta de livre arbítrio que Marx cita anteriormente, uma vez que o Capitalismo e as relações de poder diretas ou indiretas que eles exercem fazem com que todos nós sejamos escravos destas relações de poder, sejam elas frutos ou de nossos desejos ou de nossas frustrações, ou de qualquer outra questão que nos motive e nos direcione a uma tomada de ação, como podemos constatar na fala a seguir:

Na verdade, essa ideia tão peculiar do dever do indivíduo em relação à carreira, que atualmente nos é familiar, mas na realidade tão pouco óbvia, é o que há de mais característico na ética social da cultura capitalista e, em certo sentido, constitui sua base fundamental. É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e de fato sente, em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital). (WEBER, 2004, p. 50)

E como diria Marx, parafraseado por Berman, tudo o que é sólido desmancha no ar, esfumaça, evapora, esvai e fica a sensação de um dia ter existido, até ser associada a uma lenda, ou quem sabe uma quimera, já que o capitalismo luta como um leão, bate que nem uma cabra, nos envenena como uma serpente e lança fogo por suas narinas, queimando-nos até a alma; assim são as relações capitalistas, tudo pode ter um preço e tornar-se mercadoria, bem como a política e o poder, mercadorias caras e devastadoras que transformam a vida de milhares na intenção, ou falta dela, na vontade de mudança, ou na inexistência de escrúpulos. Ele ratifica:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a *outro homem distinto do trabalhador*. Se a sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para outro. Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode ser este poder estranho sobre os homens. (MARX, 2001, p. 119)

A base de análise de ambos é a Era Moderna e como analisaram o capitalismo e a questão do Estado nacional, na Alemanha do século XIX, evidentemente em alguns aspectos veremos muitas similaridades, por exemplo, como é o caso da falta de livre arbítrio do homem, porém Marx acredita que tudo se resume ao capitalismo em si e a ênfase está no campo econômico, nas relações de mercado, visto que é o capitalismo a grande motriz da vida moderna; para Weber, a grande questão está relacionada à burocracia e racionalidade na organização das atividades do homem que o contexto moderno impõe, posto que são elas que tornam a vida e as relações humanas em algo tão estratificado, logo, a ênfase está no campo político, nas relações de Estado. Ele atesta que

qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere. (WEBER, 2004, p. 61)

Para Marx, a questão política era parte integrante de uma questão social, era um interesse de classe e, uma vez que o socialismo estivesse consolidado, tal fator político desapareceria. Weber entendia que, uma vez estando o partido socialista no poder, ele, como qualquer outro, seria consumido pelo esquema já pronto de burocracia e

perpetuaria um padrão de governo já existente. Para ele, qualquer partido que fosse não teria escapatória. Giddens (1998) explicita, acerca disso, que

um tema-chave nos escritos de Weber é a ênfase sobre a influência do “político” em oposição à do “econômico”. Hoje, é importante reconhecer que as duas formas mais significativas de teoria sócio-política originadas na primeira parte do século XIX – liberalismo e marxismo – estavam de acordo em minimizar a influência do Estado. O “político” era visto como elemento derivado e secundário. O marxismo até admitia a importância do Estado no capitalismo, mas via-o como expressão da assimetria dos interesses de classe, e portanto como uma forma social que “desapareceria” quando a sociedade de classes fosse superada pelo socialismo. Weber percebeu com facilidade a disjunção entre essa concepção, tal como era defendida pelos porta-vozes dos social-democratas, e a realidade das circunstâncias sociais nas quais o partido marxista se encontra [...] mas o único meio, tal como Weber o via, de o partido adquirir poder era o sistema eleitoral. Entretanto, quanto mais o partido era bem-sucedido, por essa via, de acordo com sua análise, mais era forçado a se tornar um partido burocratizado, de “massas”, a ser integrado ao mecanismo do Estado existente sem que fosse possível contrapor-lhe nenhuma “alternativa”. (GIDDENS, 1998, p. 45-46)

Ainda há uma questão muito importante que necessita ser esclarecida, para entender melhor o conceito que trata da relação entre o proletário e o trabalho, nas perspectivas marxista e weberiana. Para Marx a capacidade transformadora da ação humana é o ponto-chave para que ocorra uma mudança, contudo, a sua principal preocupação não está diretamente relacionada com o trabalho enquanto capacidade transformadora, mas com a questão da “ocupação” do trabalho e sua divisão no sistema capitalista-industrial, portanto, relacionando o poder como sendo um dos aspectos envolvidos no intercâmbio social, classificando-o como um tipo de propriedade específica das relações de classe e não um aspecto de interação social geral.

Para Weber, o poder está diretamente relacionado com a divisão do trabalho, pois quanto mais estratificado e burocratizado o trabalho é, menos poder o proletariado tem sobre ele, até chegar ao ponto de ele ser totalmente expropriado, passando o poder do trabalho e, conseqüentemente, da ação para a hierarquia acima, sendo criada uma verdadeira pirâmide.

Giddens (1998) assim posiciona a questão:

A organização de um Estado racional-legal, na sociologia de Weber, foi aplicada para gerar um paradigma geral da progressão da divisão do trabalho no capitalismo moderno. A aplicação desse esquema, que era mediada pela concepção de burocratização, expressava mais uma

vez, definitivamente, o caráter independente do “político” quando comparado ao “econômico”. Para Marx e para a maior parte do pensamento social do século XIX em geral, o problema da burocracia tinha pouca importância – fato que tem que ser atribuído, de modo direto, ao tratamento da organização política como fortemente dependente do poder econômico (dominação de classe). É claro que Weber não negava que o capitalismo moderno envolvesse a emergência de um sistema de classes baseado no capital e no trabalho assalariado. Mas, para ele, esse não era o eixo estrutural principal, tal como era para Marx, da crescente diferenciação da divisão social do trabalho que acompanhou o avanço do capitalismo. Em vez de generalizar a partir do econômico para o político, Weber generalizou a partir do político para o econômico: a especialização burocrática de tarefas (que era a primeira e a mais importante característica do Estado racional-legal) foi tratada como o mais integral dos feitos do capitalismo. Mas, Weber rejeitava a concepção de que a expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção pudesse ser confinada apenas à esfera econômica; qualquer forma de organização que tivesse uma hierarquia de autoridade poderia vir a se sujeitar a um processo de “expropriação”. No Estado moderno, “funcionários especializados, com base na divisão do trabalho”, foram como um todo expropriados da posse dos seus meios de administração. (GIDDENS, 1998, p. 47-48)

Passando a Schwarz e a Faoro, em ambos os livros, eles seguem com as suas abordagens embasadas nas seguintes questões: impropriedade ideológica, clientelismo, estamento, prática do favor e nas disputas dos poderes políticos e econômicos. Nesse ponto, podemos dizer que tanto um quanto outro iniciam a sua análise machadiana, conforme os seus referenciais teóricos, pelos títulos escolhidos para os seus livros, visto que podem ser feitas alusões não apenas a referenciais importantes e enigmáticos em Machado, como também a referenciais e analogias marxistas e weberianas.

Schwarz, em seu livro *Ao vencedor as batatas*, faz uma alusão direta à obra *Quincas Borba*, em que, no Capítulo VI, Quincas explica para Rubião o que significa *Humanitas*:

– Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos.

Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas. (ASSIS, 2008, p. 21-22)

Quando temos a lógica do raciocínio de Quincas explicada e a conclusão máxima de “Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”, temos posta a falta de escrúpulos que permeia não apenas a sociedade brasileira, mas qualquer sociedade humana, uma vez que, para esta conclusão, há a máxima da competição sem limites, da mesquinhez, da falta de capacidade de se enxergar no próximo, é posta em chagas o mais torpe e desvairado egoísmo, o indivíduo em primeiro lugar, o grupo do qual se faz parte e a que se defende acima do bem e do mal. Também, podemos associar a descrição acima com a teoria darwinista, na qual apenas o mais forte sobrevive e, fazendo uma analogia, o próprio capitalismo também não é assim? Também não é ele torpe e sem nenhum pudor? Afinal, ele trata de preservar e premiar os mais preparados para exercer as práticas canibais capitalistas, onde realmente parece não se ter limites e vale tudo para atingir os objetivos, mesmo que se tenha que passar por cima de qualquer coisa, inclusive um outro ser humano, como diria Quincas, Machado e Schwarz: “ao vencedor as batatas”.

Ainda ao analisar o trecho acima é inevitável que seja feita uma comparação com as práticas exercidas na sociedade brasileira do Segundo Império, descritas por Machado, em suas obras, posto que, uma vez tida uma prática que favorece o mais forte, que pratica favores, que submete seus subalternos, que é adepta do clientelismo, que faz parte de uma cúpula dominante que transmite o seu poder de geração para geração, temos a prerrogativa de que estes são os premiados, os que merecem as batatas, ou seja, é a lógica do medalhão, que é o grande prêmio para quem aparece, faz as amizades necessárias para chegar aos seus objetivos, não mede escrúpulos para brilhar e atrai pela superficialidade de sua apresentação. Além disso, é possível identificar a lógica marxista, já que todas as questões apontadas seguem uma prática econômica.

Faoro, em seu livro *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, faz uma alusão direta à obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que, no Capítulo 2 – O Emplasto, o próprio Brás descreve a seguinte situação:

Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma ideia no trapézio que eu tinha no cérebro. Uma vez pendurada, entrou a bracejar, a pernear, a fazer as mais arrojadas cabriolas de volatim, que é possível crer. Eu deixei-me estar a contemplá-la. Súbito, deu um grande salto, estendeu os braços e as pernas, até tomar a forma de um X: decifra-me ou devoro-te. (ASSIS, 1994, p. 20)

É possível constatar que o trapézio é a parte do cérebro por onde a ideia se instala e, após a sua infiltração, ela desconcerta, desnorteia, dá novos parâmetros e cria paradigmas a velhos conceitos, modifica toda a linha de raciocínio normal no pensamento do narrador, o formato do trapézio em si já lembra o de uma balança que ora sobe e outra desce, solta no afirmar e recuar. E as ideias de súbito se postam na forma de um “X”, que é nitidamente a representação de um problema a ser solucionado, um problema que exige uma solução, o “X” que pode ser uma encruzilhada que exige a tomada de decisão quanto a um caminho e, por fim, a frase derradeira, com a enigmática questão da esfinge, decifra-me ou devoro-te, deixando claro que ou uma solução, um caminho é escolhido, ou o aniquilamento é inevitável.

Ao analisar o trecho acima é inevitável fazer uma relação com o Brasil e os seus vários “X” sem respostas, as tantas cópias que sempre fizemos de pensamentos, costumes, cultura, moda e diversas outras que não se encaixam e que nos afligem com a questão da esfinge, assim como podemos refletir que o Brasil, com suas contradições e afirmações tão únicas a respeito de tudo, que pede liberalismo e liberdade sendo escravocrata, que se fantasia de moderno e mantém uma economia agrícola, que cobra moralidades e vive de paternalismo, favores e clientelismo, quem sabe não é o Brasil a esfinge que pergunta ao seu povo com ares de Titã, decifra-me ou devoro-te.

Nesse ponto, retomamos que a própria ideia que Brás se refere que é “O Emplasto”, que em suas palavras “era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade”, que fascinante seria poder tomar um anti-hipocondríaco, que supostamente aliviaria a melancólica sensação de humanidade, tal emplasto foi e ainda é tomado diariamente quando nos vestimos, comemos, bebemos, mobiliamos, construímos e exaltamos tudo o que vem de fora e desprezamos ou ignoramos tudo o que é nacional.

Além disso, com relação ao título, a pirâmide é um dos símbolos máximos das estratificações, visto que ela representa a estrutura vertical das classes, sendo empregada como forma de representação da disposição de uma sociedade, podendo ser etária, pois apenas os homens que já vieram de uma jornada conseguem ser indicados a Senadores; é social, pois uma pequena minoria goza do privilégio de ter acesso ao Monarca; é educacional, pois a grande maioria é analfabeta; é econômica, pois somente quem tem dinheiro pode comprar títulos entrar no mundo da realeza; e, no caso, é principalmente política, pois a sociedade vive de jogos políticos, na busca da manutenção e ampliação de direitos e benefícios.

O topo da pirâmide, então, é o ápice do poder político, representado pela reduzida classe dominante e pelo Monarca acima de todos, inclusive dessa classe. O trapézio é a cultura dos estamentos, a estrutura horizontal das hierarquias montadas como se fossem teias, determinando a condição de vida do indivíduo desde o nascimento. Logo, é possível identificar a lógica weberiana, uma vez que todas as questões apontadas inevitavelmente seguem uma prática política.

Em relação ao livro de Faoro, dividido em seis capítulos, atentamos para o fato de que ele segue uma linha de raciocínio lógico que os interliga, mesmo trabalhando assuntos distintos em cada um deles, visto que, em cada capítulo, o foco está sobre um ponto específico da sociedade brasileira, revelando os interesses e desejos existentes nos microcosmos sociais, pormenorizando as ações praticadas pelos homens na busca do poder, abordando a formação do patronato brasileiro, sistema de favores, clientelismo, corrupção, aliciamentos, votos de cabresto, diferenciação de classes e jogo de interesses e, principalmente, o jogo de poder.

Dessa maneira, nas primeiras páginas do capítulo I – a pirâmide e o trapézio, Faoro mostra o tom que seguirá o seu discurso por todo o livro, expondo a estrutura de classes e, nomeadamente, a classe dominante que decide o destino da nação e das pessoas, por meio de influências e estamento, mostrando o que é o mundo do poder e da política, como atestado a seguir:

Nitidamente, há uma estrutura de classes – banqueiros, comerciantes e fazendeiros – sobre outra estrutura de titulares, encobrindo-a e esfumando-lhe os contornos. É a camada da penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos. São as “influências”, os homens que mandam, que se entendem com os executores e dirigentes das decisões do Estado. Duas faixas se separam, com clareza, no conteúdo e no conceito, na ação social, não

raro entrecruzando-se e se confundindo. Para simplificar e com antecipação: a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado. (FAORO, 1976, p. 4)

Na próxima citação, há um exemplo do quanto o dinheiro pode modificar a situação social de um indivíduo, fazendo com que ele possa entrar no mundo restrito da nobreza, porém dinheiro não é considerado propriamente poder, já que a classe dominante possui critérios para aceitar novos integrantes em seus círculos.

Na sociedade do século XVIII, um rico comerciante fugia da situação de classe, para granjear o respeito e a estima, com os títulos e as insígnias da nobreza [...] Este é outro fenômeno da sociedade do tempo, mesclada de classes e estamentos: o trânsito da situação de homem rico para a de fidalgo. Embora o dinheiro não seja, em si, qualificação para o ingresso no luzido mundo do estamento, pode ele, ao tempo que proporciona certo estilo de vida, modelo de educação e prestígio social, conduzir à outra camada. (FAORO, 1976, p. 6)

No trecho a seguir, temos o que Machado de Assis classificou como sendo a Teoria do Medalhão, visto que o indivíduo se amolda, se lustra, se deixa imprimir, se lapida, sendo realizada uma verdadeira *cunhagem* para que o indivíduo seja aceito no novo grupo. Também há referência à submissão da burguesia à nobreza, mostrando o poder que esta exerce política e psicologicamente na primeira, provando que o fato de ter dinheiro não garante a autonomia ou a independência, por mais dinheiro que a burguesia tenha, ele não a transforma em igual nem em direitos e nem em privilégios e, portanto, analogicamente, não garante a sua “entrada no céu”:

Relações hierárquicas pesam sobre a classe, que mede tudo pela situação econômica, entrevedo um mundo de grandeza, e de glória [...] Burguesia insegura de sua força e de seus poderes, nobilita-se e se afidalga por todos os meios, pela imaginação, falsificação ou imitação. Sob esta sombra, cresceu o constrangido acatamento a uma aristocracia, sem raízes e sem tradição. Burguesia mascarada de nobreza, incerta de suas posses, indefinida no estilo de vida. [...] Neste quadro dourado penetram os homens de nascimento humilde por duas portas: a *cunhagem* e o enriquecimento. Na *cunhagem*, o recém-vindo sofre o mesmo processo que o metal ao se amodar, recebendo a marca e as insígnias do círculo que o aceita. No enriquecimento, a subida, também filha da ambição, deixa um travo de insuficiência e pecado. (FAORO, 1976, p. 14)

Nessa perspectiva, por mais que houvesse outros agentes envolvidos na estrutura de poder existente no Segundo Reinado, eles não exerciam de fato um poder real, na realidade eles eram camadas de influências espelhadas, porém submetidas, como aponta Faoro (1976):

Fazenda e escravo são termos de uma equação social. Outro: a fazenda é poder. O equívoco do dito feudalismo brasileiro nasce deste segundo termo; haveria, no mando do fazendeiro uma parcela de mando político, capaz de, pela autonomia, coordenar-se contratualmente dentro do organismo do Estado [...] Os fazendeiros, reduzidos a agentes eleitorais, mal podiam eleger os candidatos do partido no poder, sem recursos para sufragar os candidatos de oposição. O governo ganhava sempre e a suprema realidade do Império era a antevista por Silveira Martins: o poder é o poder [...] Por força da máquina, colada a todos os póros do organismo político, os fazendeiros não eram senão os cortesãos dos ministérios, decorados com baronias, comendas e patentes. Atrás do real poder, urbano por sua natureza, estava a imensa camada das *influências*, enraizadas no estamento político, vizinhas à intermediação que alimentava os comerciantes, comissários e banqueiros. (FAORO, 1976, p. 28)

Uma analogia empregada por Machado em suas obras e observada por Faoro foi o uso das carruagens como demonstração de *status* dentro da sociedade, sendo denominada como uma simetria perfeita, o casamento entre encilhamento e carruagem. Nas palavras de Faoro (1976, p. 49), “o transporte adquire as cores de certas camadas sociais, traduzindo suas linhas exteriores, vivendo os dramas, as aflições e as alegrias do indivíduo”. Além disso, a política de apadrinhamento invadia todas as instâncias da vida social, sendo o Imperador a representação máxima deste tipo de política e de poder exercidos sobre a sociedade, “na vida política o imperador é a cúpula e o árbitro do sistema político. São Cristóvão detém a chave de todas as carreiras e de todos os mecanismos da intrincada arena pública” (FAORO, 1976, p. 57).

O autor aponta para o fato de não haver participação popular envolvida na disputa do poder, fato totalmente explicável, posto que as instâncias que o detêm são baseadas no estamento, na hereditariedade, no preconceito e na hierarquia social. Todos estes fatores favorecem a classe detentora do poder e facilita que o mesmo seja preservado em suas mãos, como relatado nos trechos a seguir:

Dois fatos, como pressupostos da atividade partidária: a ausência de participação popular e a disputa pelo poder, mais ou menos organizada, puramente entre as elites enquadradas num sistema de consenso artificial [...] O exame de nossa história política demonstra que os partidos políticos nacionais têm sido antes produtos de

agitações e divergências no seio das camadas dirigentes do que produtos do modo de sentir e pensar de largos setores da população. (FAORO, 1976, p. 66-67)

Reservado o oficialato político a um pequeno círculo, favorecido com o patrocínio, era natural a transmissão por herança do poder de escolha. A posição privilegiada de eleger deputados e obter condecorações e títulos exercia-se em benefício da família, hereditariamente. A aristocracia fecha-se sobre si mesma, num círculo de famílias. (FAORO, 1976, p. 102)

Além disso, o autor aponta que a obra machadiana conseguiu esmiuçar tanto a estrutura psicológica do ser humano quanto a das instituições que o cercam, da sociedade e das estruturas de poder que permeiam os anteriores, mostrando o que há de pior, ou o que há na essência do bicho chamado ser racional. Sobre isso, Faoro (1976) menciona:

Machado de Assis, preocupado em estilizar a sociedade sem a fidelidade histórica, põe a nu o fenômeno da influência política. Não se poupa a insinuar o estreito gargalo que isso significava, elegendo alguns e repelindo a maioria. Mostra a relação de família, que acabava participando do mecanismo, desvirtuando-o hereditariamente, com a nota de rigidez. Revela, na captação da influência pelo homem pobre e talentoso, as despesas de subserviência, necessárias a lisonjear um chefe. Apresenta, com desencanto, o poder do dinheiro, no fim do Império, para a conquista de uma cadeira, cada vez mais acessível aos homens abastados. (FAORO, 1976, p. 105)

Durante todo o discurso de Faoro, bem como na obra de Machado, há o registro de um fato recorrente, uma vez que, por mais que exista a ambição, a ganância, a busca pela ascensão social e pelo dinheiro, nenhum dos anteriores é mais almejado do que o poder, logo a solução é buscar a política, para alcançar o poder, como explicita Faoro (1976):

[...] as personagens de Machado de Assis pouco sonham com o dinheiro, ao passo que deliram com o poder, que os ronda e os assedia de ilusões e promessas. O capitalismo parece que subjuga menos do que a política, enredada de muitos pecados e poucas compensações [...] Só ela dá a grandeza, porque só por ela se entra no poder – o dinheiro inda não é tudo, embora se faça cada dia, no curso do Império, mais influente. (FAORO, 1976, p. 110-111)

Por meio do clientelismo e do estamento, os partidos políticos se blindam, resistindo às pressões ideológicas, e conseguem manter a sua estrutura baseada na arbitrariedade, falta de responsabilidade e desconsideração das reivindicações legítimas

do povo. O medo é o sustentáculo de tal sistema e o favorecimento é o cala boca do povo, mantendo a estrutura de poder existente.

Nas palavras de Faoro (1976, p. 144), “esta situação – o anulamento da faixa popular e a domesticidade da camada ativa – define a política de clientela, responsável pela desfiguração ideológica dos partidos”. Nesse aspecto, a domesticação dos partidos políticos se deve ao fato de manterem uma estrutura fechada, onde as influências é que escolhem os candidatos, conforme vemos no trecho a seguir de Faoro: “Escolhido o partido, escolha determinada, em regra, pela tradição, na qual se infiltrava a família, o aspirante a deputado buscava a sua carta de nascimento” (1976, p. 146).

Quando Faoro faz uma análise da ideologia partidária por trás dos mecanismos de poder, ele chega à conclusão de que ela “não se constituiu numa plataforma comum, nem a predominante recebia a adesão ou a censura das camadas intermediárias ou da camada inferior do povo” (1976, p. 157). Portanto, o que predominava eram ideologias pessoais que ora eram compartilhadas e ora não. A fidelidade de ideias, nesse sentido, não era necessária, bastando a manutenção do grupo e do poder a eles associado e por eles exercido.

Conforme Faoro (1976, p. 161), “os partidos, reduzida sua expressão ideológica a um debate literário entre as elites, nada mais eram do que um longo hábito, consagrado pelo tempo, contraído por via familiar, que se alimentava do poder”. E completa:

Secreção de elites, o ideário político se perde no jogo das cúpulas, com antagonismos pedantes e com oposições inspiradas nas controvérsias europeias ou norte-americanas. Entre o povo – a reduzida camada do povo que vota – e os dirigentes não circula o compromisso das ideias comuns, ignoradas na base [...] A ideologia dos dois blocos partidários seria mais uma arma para conquistar o poder, disfarce de apetites crus, do que um conjunto de decisões a realizar, cumprir e transformar em realidade [...] A prática, desamparada de normas que com elas se ajustem, desagrega-se na intriga, nas nomeações e demissões, nos fornecimentos e eleições. (FAORO, 1976, p. 169)

Nessa perspectiva, aludimos para o fato de que uma prática recorrente durante toda a obra de Machado para atrair e manter não apenas a visibilidade adquirida, mas principalmente o poder que ela pode proporcionar em questões políticas é a Teoria dos Medalhões. Sobre isso, Faoro (1976) explica que

a raiz é uma só: a criação de um mundo falso mais eficiente que o mundo verdadeiro. Ela fará os medalhões, as grandes figuras da sociedade, os políticos ilustres. A sátira, presente à demonstração do fenômeno, adverte, quase aos brados, que sobre a mentira que devora a fisionomia das coisas, há uma verdade a respeitar, embora coberta de sombras, esmagada de versões deformadoras. (FAORO, 1976, p. 175)

O autor também aponta que o Estado é o maior incentivador do apadrinhamento, do clientelismo, da concessão, do estamento, pois ele é um dos maiores praticantes de tais ações:

É o Estado que se aproxima da classe lucrativa, vinculada a deputados, titulares, senadores, os poderosos da política. (FAORO, 1976, p. 247)

Há ainda, também vinculada ao Estado, a concessão, que circula de mão em mão, até que um empresário estrangeiro a realize, gerindo o serviço público. (FAORO, 1976, p. 248)

É que o Estado, tradicionalmente unido às atividades econômicas, renovava sua velha aliança com o comércio, em proveito do qual fixara a centralização política e administrativa (FAORO, 1976, p. 250)

O vínculo político – fixado entre o comércio e a política – garantiria todas as imprudências. (FAORO, 1976, p. 256)

A lei de 24 de novembro de 1888, a Carta magna do encilhamento, permitiu as emissões bancárias até o limite de apólices da dívida pública depositadas no Tesouro. (FAORO, p. 258-259)

Como apontado por Faoro (1976, p. 28), na fala de Silveira Martins, *o poder é o poder* e ele é o grande objeto de desejo em qualquer tipo de sistema político adotado para governar uma nação. No livro, há nítidas referências quanto a esta questão e diversos exemplos comprobatórios da busca ininterrupta do poder tanto na Monarquia, como já demonstrado anteriormente, quanto na República.

O 15 de Novembro ultrapassa as coordenadas militares que o ditaram. Significa – embora se relute em reconhecê-la – profunda alteração social e política na estrutura das forças dominantes. A República, como instituição política, não será a causa, soberana e isolada, de um novo ciclo. (FAORO, 1976, p. 360)

No caso do Brasil, a única diferenciação quanto ao tipo de busca do poder dentro de sistemas políticos instituídos para governar a nação é a forma, podendo ser ela representada pela Monarquia, República, Parlamentarismo, Presidencialismo, pela tomada do poder em golpes militares, entretanto todas possuem uma questão idêntica,

no fim, serão regidas apenas pelo puro e simples jogo político. Acerca disso, Faoro (1976) coloca:

O 15 de Novembro, trazido pelo Exército, assegurou a homogeneidade nacional, gravemente perturbada nos seus fundamentos. O centro da questão permaneceu ignorado, nublado pelo embate de dois segmentos da sociedade em torno do poder. Atrás do poder, está a realidade que o poder representa, só discernível na perspectiva histórica. Nada perceberam os defensores do Exército, nem os que resistiam à sua ascensão, perdidos no temor do militarismo, excesso realmente possível, mas distante, na explosão que culminou com a República. (FAORO, 1976, p. 370)

As questões religiosas não estão isentas da luta pelo poder, aliás, nada melhor do que a trajetória da Igreja Católica para exemplificar o que representa a luta pelo poder. Machado trabalha muito bem esta questão em sua obra e Faoro aponta a questão nos trechos a seguir:

A sociedade de classes, definidas pelo dinheiro, interfere no ato religioso, transformando-o em espetáculo a pretexto de religião. (FAORO, 1976, p. 427)

O clero, organizado para o desfrute dos bens do mundo, articulado na venda da mercadoria divina, sonha com a tirania, em nome da fé. (FAORO, 1976, p. 443)

Os padres mostram-se, no painel do século XIX, mais contemporizadores que os pais, menos autoritários do que eles, acomodados à realidade emergente. (FAORO, 1976, p. 457)

Status, o do padre, não apenas na sua carreira, nas oportunidades de elevação política, mas também para formar o letrado, com os conhecimentos de base para todas as categorias profissionais e ornamentais. (1976, p. 465).

O livro é encerrado com a constatação de que o homem é movido pelas suas ambições e nenhuma é maior do que a busca pelo poder.

A sociedade compõe o homem pela opinião, pelos juízos das relações externas. Nenhuma virtude superior o distingue, modera ou diferencia. Isso significa, além da agonia da consciência como juiz das ações, o desaparecimento de uma estrutura social que modela os valores sociais por critérios de honra e prestígio. Morre o estamento – comunidade fundada em tradições e convenções – e nasce a classe social, de livre ascensão, aberta a todas as ambições. (FAORO, 1976, p. 501)

Sobre o livro de Schwarz, apresentamos, inicialmente, sua divisão: são três capítulos, dos quais o primeiro é o famoso ensaio *As ideias fora do lugar*, onde ele

discorre sobre as disparidades que existem no Brasil, justificando o título, pois ao serem analisadas as ideias estão absurdamente fora do lugar. No segundo capítulo, faz uma análise detalhada do livro *Senhora* de José de Alencar, apontando todas as contradições que o gênero romance apresenta. No terceiro, há uma reflexão da sociedade brasileira, revelando, também como fez Faoro, os interesses existentes nos microcosmos sociais, pormenorizando a prática do favor e a sua ação maligna, levando à degeneração das relações sociais e gerando a concepção de uma sociedade desprovida de moral e fadada à coerção do homem.

Logo na primeira frase do capítulo I – *As ideias fora do lugar*, Schwarz nos proporciona uma mostra do que é ter as ideias fora do lugar, visto que a opinião supostamente correta e aceita no resto do mundo, quando colocadas em prática no Brasil, tornam-se incompatíveis com a nossa realidade, provocando a sensação de serem abomináveis e impolíticas, mas na verdade são ideias estrangeiras e não adaptadas à nossa realidade, afinal, não é nosso hábito questionar a introdução de ideias estrangeiras, o fato de elas serem de outro lugar já garante a certeza de serem melhores que as nossas.

A cópia de conceitos causa-nos a impressão de serem coisas postizas, pelo fato de não se encaixarem à nossa realidade, por exemplo, no caso da Ciência da Economia Política, enquanto ciência, ela é fruto da sociedade em que está inserida, por ser economia política e esta se trata de um tipo de ciência, que deveria refletir a sociedade em que se apresenta, contudo, no caso do Brasil, não é essa a realidade, uma vez que queremos nos dizer modernos, ser comparados com os grandes centros, no entanto, sem abdicar das arestas colonialistas, mantendo a escravidão, zelando pelo clientelismo e pela política econômica na qual o Estado pague por todas as contas ao final. Ele diz:

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da escravidão. Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, “impolítico e abominável” [...] Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. (SCHWARZ, 2000, p. 11)

Uma outra questão importante, referente à citação acima, é que toda reprodução ideológica que fazemos é sempre uma apropriação e, enquanto apropriação, ela também é um deslocamento. Nesse ponto, para que a *comédia ideológica* fique completa, temos que tais ideias em nosso país provocaram as mais variadas reações, uns envergonhavam-se, outros irritavam-se e alguns simplesmente ignoravam. O que não era levado em consideração era a hipocrisia existente por trás das ideologias adotadas, visto que, no Brasil, na época do Segundo Reinado, havia uma forte pressão por parte da Inglaterra para que fosse abolida a escravidão, ironicamente, o país da Revolução Industrial também era o país do regime assalariado subumano, onde o proletário ficava trancafiado em uma fábrica, trabalhando em média 18 horas por dia para receber um salário que não conseguia suprir nem a sua subsistência, logo temos que é ótimo apontar o erro alheio, principalmente quando o que está em jogo é a defesa do capital.

Durante a Monarquia, as ideias estavam tão fora do lugar que Schwarz transcreve, na página 12 de seu livro, um depoimento de uma firma comercial, a M. Wright & Cia., citado por Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, em que, incrivelmente, consegue-se colocar as palavras “escravo feliz” juntas, como se fosse possível um indivíduo ser tirado de sua terra, transportado em condições subumanas para outra, onde haverá outros costumes e outro idioma, lugar em que o indivíduo será obrigado a se tornar escravo pela força, sofrendo todo e qualquer tipo de arbitrariedade, virar mercadoria e ser tratado como um animal e depois ainda ser chamado de feliz, tudo em nome da manutenção do *status* econômico.

Schwarz segue com seu discurso acerca da dicotomia existente entre Brasil e Europa no pensamento ideológico, político, econômico e, assim como Faoro, aponta que, independentemente do sistema político adotado para governar o país, a lógica será sempre a do clientelismo, dos favores e mostra o quanto ficam desconexas e incoerentes a reprodução desses conceitos em terras brasileiras. Ele atesta:

A declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. (SCHWARZ, 2000, p. 12)

O autor segue com colocações que mais parecem questionamentos, já que a certeza na dúvida fica instaurada, afinal, como conseguir adequar a situação do país, se

tudo o que nos cerca é falso e não nos pertence; comemos alimentos que não são originários de nossa terra, preferimos beber o que é importado, vestimos as modas ditadas em outros continentes, mobiliamos nossas casas no estilo de outros países, os melhores produtos de nosso comércio voltam-se para o exterior, economicamente somos guiados pelos pré-supostos estrangeiros, o Liberalismo prega uma ideologia que afronta a nossa sociedade escravocrata, deixando claro que enquanto os países industrializados prezam pela produtividade, no Brasil, preza-se pela morosidade, até a nossa Independência foi feita “na cola” da Revolução Francesa e da Independência Norte-Americana, logicamente, não há como evitar a dicotomia. Schwarz (2000) posiciona:

Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra”. Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. (SCHWARZ, 2000, p. 13)

O retrato brasileiro é o da contrariedade e falta de propriedade, nas palavras de Schwarz, “em matéria de racionalidade, os papéis se embaralhavam e trocavam normalmente: a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia etc” (2000, p. 15).

A prática do favor é instituída como princípio norteador das ações nacionais, sejam elas de Estado, de empresas e comércios, familiares ou individuais, o favor impera absoluto na sociedade brasileira. A verdadeira instituição existente em nosso país é o favor. É ele que comanda a vida econômica local, determinado quem são os bem sucedidos e quem continuará às mínguas. É ele também que determina quem faz parte do círculo dos privilegiados e quem fica à parte da sociedade.

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm [...] *o favor é a nossa mediação quase universal* [...] O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados [...] O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da

pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. (SCHWARZ, 2000, p. 16-17)

E novamente temos elucidada a noção de ideias fora do lugar.

Neste sentido dizíamos que o teste da realidade e da coerência não parecia, aqui, decisivo, sem prejuízo de estar sempre presente como exigência reconhecida, evocada ou suspensa conforme a circunstância. Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. (SCHWARZ, 2000, p. 19)

O favor está tão arraigado aos princípios que norteiam a sociedade brasileira que, além de dominar as questões econômicas, políticas, sociais e culturais, é a garantia da condição de liberdade, uma vez que só recebe e paga favores aquele que não é escravo, logo o favor é a garantia de uma condição de homem livre.

Para manter-se precisa de cumplicidade permanente, cumplicidade que a pratica do favor tender a garantir. No momento da prestação e da contraprestação – particularmente no instante-chave do reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegura às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. (SCHWARZ, 2000, p. 20)

O autor observa ainda que, mesmo sem observar as causas, inevitavelmente resta-nos o desconcerto acerca do nosso ponto de partida como nação e que se perpetua, sendo encarado como normal, ignorando os abismos criados durante todo o curso de nossa história na sociedade brasileira.

Assim, posto de parte o raciocínio sobre as causas, resta na experiência aquele “desconcerto” que foi o nosso ponto de partida: a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for – combinações que o Modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar. (SCHWARZ, 2000, p. 21)

Temos uma nação que adota conceitos como se fossem enfeites, adornos necessários para fingir ser o que não é, pois todos têm noção da realidade e sabem que os ideais tidos como encaixados, na verdade, são desconexos, totalmente incoerentes e eles fazem parte de um outro quebra-cabeça. O que adotamos de fato é o ritmo frenético de colocar e tirar conceitos que não são nossos e nem são adequados à nossa realidade,

pura reprodução inapropriada, vestimos a máscara para tentar parecer moderno e, de forma tão ingênua, não percebemos que a máscara na verdade é uma caricatura

Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as ideias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. (SCHWARZ, 2000, p. 26)

Nos outros dois capítulos do livro, Schwarz realiza um estudo estético e histórico do romance brasileiro, analisando desde o início de tal gênero e refletindo acerca das consequências da importação das formas do romance europeu para nosso romance. Para tanto, irá contrapor o capítulo II - *A importação do romance e suas contradições em Alencar*, que cita algumas obras de José de Alencar, mas trata especificamente da obra *Senhora*, com o capítulo III – *O paternalismo e a sua racionalização nos primeiros romances de Machado de Assis*, que trata das obras *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*.

Segundo o autor (2000, p. 35), *o romance existiu entre nós antes de haver romancistas brasileiros* e esse fato faz com que os autores e leitores brasileiros optem por formas e temas que não fazem parte da nossa realidade, havendo, portanto, um deslocamento nas histórias contadas nesse gênero no Brasil, uma vez que, além de a realidade estar baseada em aspectos que não nos pertencem, nossos romances também respiram dessa mesma alienação e seguem contando histórias baseadas em formas europeias, até na ficção as nossas ideias estão fora do lugar.

Por mais que a obra *Senhora*, de Alencar, não tenha uma intenção transformadora da sociedade, ela aborda um tema relevante, que é a mercantilização do ser humano e dos seus sentimentos. Schwarz enfatiza ainda que a obra é um dos livros mais bem cuidados de Alencar, porém ele mantém uma estética muito atrelada à forma europeia, colocando na periferia do romance os personagens mais abasileirados, tornando-o desvinculado da nossa realidade, mas é exatamente esse ponto que serve de análise.

O primeiro passo portanto é dado pela vida social, e não pela literatura, que vai imitar uma imitação. Mas fatalmente o progresso e os atavios parisienses inscreviam-se aqui noutra pauta; retomando o nosso termo do início, são ideologia de segundo grau. Chega o romancista, que é parte ele próprio desse movimento faceiro da sociedade, e não só lhe copia as novas feições, copiadas à Europa, como as copia segundo a maneira europeia. Ora, esta segunda cópia disfarça, mas não por completo, a natureza da primeira, o que para a literatura é uma infelicidade, e lhe acentua a veia ornamental. Adotando forma e tom do romance realista, Alencar acata a sua apreciação tácita da vida das ideias. Eis o problema: trata como sérias as ideias que entre nós são diferentes; como se fossem de primeiro, ideologias de segundo grau. Soma em consequência do lado empolado e acrítico – a despeito do assunto escandaloso – desprovido da malícia sem a qual o tom moderno entre nós é inconsciência histórica. Ainda uma vez chegamos ao nó que Machado de Assis vai desatar. (SCHWARZ, 2000, p. 47)

Em Machado, observamos o movimento inverso, já que a periferia será trazida para o centro do romance, tornando-o mais palpável e realista, explorando os tipos brasileiros e, conseqüentemente, a nossa sociedade com as práticas do favor, clientelismo, paternalismo, apadrinhamento e apontando as dicotomias existentes entre os discursos e as concepções adotadas, frente à realidade.

Em resumo, herdávamos com o romance, mas não só com ele, uma postura e dicção que não assentavam nas circunstâncias locais, e destoavam delas. Machado de Assis iria tirar muito partido deste desajuste, naturalmente cômico. Para indicar duma vez a linha de nosso raciocínio: o temático periférico e localista de Alencar virá para o centro do romance machadiano; este deslocamento afeta os motivos “europeus”, a grandiloquência séria e central da obra alencarina, que não desaparecem, mas tomam tonalidade grotesca. (SCHWARZ, 2000, p. 49-50)

No curso da obra machadiana, é possível constatar, como aponta Schwarz, que inicialmente ela era restrita e apresentava traços da dependência nacional, sendo conformista com a realidade apresentada em nossa sociedade. É identificável em Machado o seu amadurecimento enquanto escritor, quando da substituição dos referenciais liberais, por tópicos nacionais como o paternalismo, estamento, coerção social, apadrinhamento, a família como suporte.

Iniciam-se as análises mais profundas e psicológicas, expondo tudo o que há de maligno na alma humana, segundo Schwarz (2000, p. 84), temos que *a ilusão não durou, e logo Machado iria mudar de convicção.*

Para Machado, portanto, já não se tratava aqui de uma posição inicial e irrefletida, mas do resultado da experiência, com a parte de realismo – se não de verdade – que acompanha as desilusões. No caso, o que interessa é a profundidade da viravolta, que para a matéria literária teve efeito de uma vacina. Os Direitos do Homem e as generalizações libertárias, próprias do individualismo romântico, estão quase ausentes destes livros, em que há bastante injustiça e impasse, e nenhuma brisa de revolta social. Mais exatamente, estão postos à margem. E se acaso vêm ao primeiro plano, a eficácia da vacina confirma-se ainda melhor, pelo traço muito caricatural. (SCHWARZ, 2000, p. 85)

O restante do livro passa por uma análise pormenorizada dos livros escolhidos por Schwarz, porém tal não será contemplado, visto que serve apenas de suporte para comprovar o que já foi especificado até agora.

Conclusão

Em ambos os livros, os autores defendem com maestria as suas referências teóricas e preocuparam-se em estudar as implicações do capitalismo na sociedade. Weber se faz presente durante todo o discurso de Faoro, assim como Marx o faz no de Schwarz.

Faoro parte para uma análise histórica e muito detalhista das práticas existentes em nossa sociedade, tais como: patrimonialismo, ação social, burocracia, racionalidade, tipologia da ação social e da dominação, coerção social, tendo sempre como referência a ação política e influência dela em todas estas questões. Por mais que o ponto de análise seja embasado na obra e nas falas de Machado de Assis, o autor amplia questão com outras falas e o com o seu ponto de vista muito particular e extremamente aguçado acerca da história nacional.

Schwarz estrutura a sua obra por meio de um estudo estético e histórico do romance brasileiro, partindo inicialmente do fabuloso ensaio *As ideias fora do lugar*, que em si dita todo o tom do livro, pois é ele que serve de suporte para as análises seguintes. São abordados principalmente os temas da tipologia da ação social, a prática do favor, paternalismo e coerção social, todas pelo viés do jugo econômico.

Com o constante desenvolvimento das Ciências Sociais e Políticas, sabemos hoje que ambas estão intrinsecamente relacionadas e que as teorias de Marx e Weber, trabalhadas juntas, se completam e uma explica o que falta à outra.

Como Machado demonstrou no conjunto de sua obra, não há nada mais coercivo do que a busca pelo poder, visto que, em tal busca, o homem vai aos poucos perdendo o que o qualifica como humano e deixando de lado toda a sua humanidade, tornando-se incapaz de perceber o outro como um igual. Nas palavras de Nietzsche (2004, p. 95), “o que digladiava com monstros deve cuidar para que, na luta, não se transforme também em monstro. Quando tu olhas, durante muito tempo, para um abismo, o abismo também olha para dentro de ti”.

A conclusão a que se chega é que como citou Faoro (1976, p. 28), na fala de Silveira Martins, *o poder é o poder* e nada define melhor do que ele trata, uma vez que ele é o elemento que transforma todas as coisas, por ele são cometidas as maiores atrocidades, faz-se a guerra, invadem-se países, destrói-se a soberania de uma nação, aniquila-se a vida, submete-se o homem de todas as formas possíveis, tornando-o escravo da ordem cultural, social, educacional, psicológica, econômica e, principalmente, política. O homem vira o marionete, fantoche dos mandos e desmandos do poder, interpretando a peça do dia, com todos os requintes de crueldade que lhe forem impostos.

Infelizmente, algumas vezes a sede de poder no homem é tão absoluta que parece não ter fim e quando alguns seres “ditos” humanos são capazes de sacrificar qualquer coisa em tal busca, inevitavelmente recordamos de George Orwell, em *A Revolução dos Bichos*:

Doze vozes gritavam cheias de ódio e eram todas iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco. (ORWELL, 1998, p. 98)

Referências

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Escala Educacional: 2008.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Moderna. 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. 57ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

THE PYRAMID AS THE POTATOES: A REFLECTION OF THE CONCEPT OF POWER FROM RAYMUNDO FAORO AND ROBERTO SCHWARZ

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the concepts of power addressed by Raymundo Faoro and Roberto Schwarz, respectively, expressed in the books Machado de Assis: the pyramid and the trapeze and the winner potatoes: literary form and social process at the beginning of the Brazilian romance. These works take into account an analysis based on the work of Machado de Assis, dealing with the historical, political, economic and social contextualization of Brazil, making each of the authors a retrospective based on their theoretical references, specifically, Weber and Marx, since Faoro is Weberian and Schwarz is Marxist. For this, initially, some concepts of Max Weber and Karl Marx will be retaken, to better conceptualize and reflect on the observations made. In a second moment, a reflection will be carried out from Faoro and Schwarz, taking as reference point the structure of power addressed by them within the work of Machado de Assis.

Keywords: *Power. Social relationships. Capitalism. Patrimonialism. Political and Economic Factor.*

Envio: março/2017
Aceito para publicação: março/2017